

A TRADUCIBILIDADE DE GRAMSCI PARA O NORDESTE BRASILEIRO: APONTAMENTOS EXPLORATÓRIO-COMPARATIVOS ATRAVÉS DA TEORIA CRÍTICA SOBRE OS PROCESSOS INTERNACIONAIS DE ATUAÇÃO DO CAPITALISMO

Rodrigo Santos Cruz¹

Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos²

Resumo: Este artigo faz uma comparação entre Sul italiano e Nordeste brasileiro observando a interpretação de Antonio Gramsci sobre o problema da questão do *Mezzogiorno* na península itálica. Supõe-se que o capitalismo internacional promove processos de acumulação desequilibrados em virtude da classe burguesa não lograr a hegemonia de forma difusa em seus processos de inserção como classe dominante no mundo contemporâneo. O trabalho está dividido em duas seções: a primeira aborda os aspectos gerais que compõe a situação do Sul italiano, de acordo com Gramsci; a segunda seção se debruça sobre a possibilidade de tradução da região nordeste brasileira como oriunda de processos sociais iguais ao que formaram a questão regional italiana. São usados nessa segunda parte tanto a interpretação do próprio Gramsci como de autores que comentaram sua obra e de outros pensadores que abordam a problemática que envolve a região nordestina no quadro nacional de participação política e econômica diante do capitalismo.

Palavras-chave: Gramsci. Nordeste brasileiro. Mezzogiorno. Traducibilidade.

Abstract: This paper draw a comparison between the Italian South and the Brazilian Northeast observing the interpretation of Antonio Gramsci on the *Mezzogiorno* issue in the Italian peninsula. Our hypothesis is that international capitalism promotes unbalanced processes of accumulation because the bourgeois class does not achieve hegemony in a diffuse way in its processes of insertion as a dominant class in the contemporary world. The paper has two sections: the first deals with the general aspects that make up the situation in the Italian South, according to Gramsci; the second section focuses on the possibility of translation of the northeastern Brazilian region as originating from the same social processes that formed the Italian regional question. On second section, we use both the Gramsci's own writings and some authors who have commented his work. We also use other thinkers who approach the problem that surrounds the Northeastern region in the national framework of political and economic participation on capitalism.

Keywords: Gramsci. Brazilian Northeast. Mezzogiorno. Translatability.

¹ Mestre em Ciência Política e graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Piauí (UFPI).

² Doutorado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo, Brasil. Professor da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília (FFC/Marília).

1 INTRODUÇÃO

Esta reflexão problematiza a possibilidade de se compreender a atuação do capitalismo mundial na formação de espaços onde aspectos das sociedades tradicionais ainda estão difusos nos processos de acumulação. Os espaços analisados nesse estudo são o Sul italiano e o Nordeste brasileiro. A hipótese apontada é que, observando as reflexões da teoria crítica na qual Antonio Gramsci se insere, o problema da hegemonia burguesa se refletiu de forma singular nas sociedades de capitalismo tardio, o que engendrou aliança de classes híbridas, formando um bloco histórico comprometido em seguir um programa progressista, rumo à modernização capitalista, mas sem eliminar os interesses de antigos grupos dominantes, os quais representam justamente o problema de hegemonia mal-sucedida.

O estudo a seguir é uma reflexão que tem cunho ensaístico e exploratório, fruto das pesquisas realizadas no âmbito da iniciação científica, orientada pelo Prof. Dr. Rodrigo Passos, logo, todo o arsenal-teórico apresentando, bem como as exegeses elaboradas a partir dos mesmos, não possuem ainda substancialidade analítica profunda. O objetivo geral aqui é comparar o quadro sociológico do problema regional italiano com a questão do Nordeste brasileiro.

O trabalho está dividido em duas seções, as quais estão subdivididas em pequenos tópicos. A primeira seção aponta os aspectos gerais que compõe o problema de desenvolvimento desigual do Sul italiano. A seção seguinte foca a análise da leitura gramsciana e de seus comentadores na realidade brasileira, colocando sempre o viés das interpretações para se entender a configuração regional do Nordeste no quadro nacional. O último tópico corresponde a conclusão onde é feita uma breve reflexão sobre o estudo realizado.

2 ASPECTOS GERAIS DA QUESTÃO MERIDIONAL

A *Questão Meridional*, em Gramsci, reflete uma problemática que pode ser apontada nos seguintes termos: a desigualdade regional existente entre o Norte e Sul italianos, a relação dialética de interdependência entre essas duas regiões ao passo que o Norte coordena o processo de desenvolvimento das forças produtivas, a falta de organização das massas camponesas meridionais que se submetem ao grande proprietário de terras o qual estava ligado num sistema de manutenção das relações vigentes junto aos burgueses nortistas (GRAMSCI, 1987).

Esse trabalho se propõe a realizar uma traducibilidade dessa problemática, analisada por Gramsci, ao Nordeste brasileiro. Uma “tradução” dessa questão significa o ato de universalizar um arsenal categórico, podendo o mesmo ser levado para outras realidades sem perder de vista o próprio ato de traduzir, ou seja, de dar significado inteligível através de um referencial. Nas palavras de Giorgio Baratta, o ato de traduzir é um empenho que pode ser avaliado em dois aspectos. Essas duas perspectivas de tradução são, nas palavras de Baratta, assim entendidas:

No primeiro caso, a atenção se dirige ao dado de fato da passagem de um texto de uma língua (e tradição) de partida para uma língua (e tradição) de chegada. (...) outro aspecto do fenômeno, vinculado ao ato de traduzir: o movimento que se produz, a peculiaridade do fazer, da práxis linguística (Mass, p.165-189), social e política que este ato determina, as suas conseqüências, os novos problemas que afloram. É principalmente este segundo

aspecto que interessa a Gramsci, que estuda a língua como práxis, “processo de formação, de difusão e de desenvolvimento” ligado “a todo um conjunto de processos moleculares” (Q 29, §3, P.2.345). (BARATTA,2004, p.225).

Esses aspectos metodológicos devem ser considerados antes de se aprofundar na análise de fato. Nesse trabalho adota-se a segunda perspectiva de tradução, o que corresponde, em termos práticos, em transfigurar uma realidade em outra, observando as peculiaridades do objeto, atualizando o cenário onde a tradução deve ser feita, descartando a possibilidade de uma transposição analítico-conceitual mecanicista.

Diante disso, é oportuno lembrar as questões propostas no projeto inicial pertinentes à abordagem dessa linha nas pesquisas de iniciação científica quais sejam: Como entender, em linhas gerais, as contribuições da literatura que versam especificamente sobre o Nordeste brasileiro a partir da abordagem gramsciana sobre a questão meridional italiana? Como esboçar uma análise sucinta da literatura já referida sob a perspectiva da “tradutibilidade”? Como analisar, sob a ótica gramsciana da “tradutibilidade”, a literatura brasileira sobre a questão meridional e o Nordeste brasileiro num escopo mais amplo, isto é, lacunas e vicissitudes da literatura em tela? Quais categorias e especificidades atinentes ao Nordeste brasileiro precisariam ser pensadas à luz de uma tradutibilidade, tendo o referencial de Gramsci como ensejo? Qual o grau de contato com a elaboração gramsciana na literatura específica que se debruçou sobre a temática nordestina? Como a literatura nacional a respeito do Nordeste, inspirada na questão meridional, contempla os aspectos específicos acerca da sociedade civil? Tais questionamentos fundamentaram a iniciativa dessa reflexão, porém não foram respondidos de forma aprofundada.

Otto Maria Carpeaux em texto curto, intitulado “A Vida de Gramsci”, sintetiza em breves parágrafos importantes análises feitas por Gramsci e suas principais abordagens dentro de sua obra.

Para Otto (1966)

“La questione meridionale, a “questão do Sul”, é o permanente problema político-social da Itália. Do país da mais antiga civilização na Europa toda, agora também economicamente bem desenvolvido, desse país a parte mais populosa, o Sul, continua entregue aos males do latifúndio feudal, do pauperismo, da miséria, do analfabetismo, das superstições populares, da mortalidade infantil.”

A citação acima bem ilustra como o problema de desigualdade regional vigente na Itália tinha um lugar central nas análises de Gramsci, principalmente quando se leva em conta a sua preocupação em avaliar, em termos práticos, o que deve suceder num intento revolucionário em composições sociais dessa natureza. Também é pertinente falar de como o autor entende essa situação ao longo da unificação italiana. Gramsci utiliza o conceito de *revolução passiva*, que corresponde a um processo de transformação social, político, cultural, e econômico projetado no cerne de uma aliança entre as novas classes dirigentes e as velhas classes, ou seja, uma revolução pelo alto, onde as classes subalternas ficam de fora do processo. Esse conceito é útil na análise do *Risorgimento*, pois ele descreve o bloco histórico que se formava a partir de então, onde os burgueses nortistas e os proprietários de terras do sul acordaram em uma aliança no qual não se elevou a situação social anterior a outra, todavia se manteve o domínio das classes velhas do Sul, embora nesse

momento com a liderança da burguesia industrial. Essa aliança não possibilitou a elevação da situação econômica, cultural, social e política das classes subalternas, mas tão somente o atendimento de algumas demandas, outra característica da revolução passiva.

A análise aqui proposta é a de que o Nordeste brasileiro pode ser traduzido através do Sul italiano e com essa tradução analisar o respectivo diálogo da sociedade civil com o Estado. Assim, trabalha-se no primeiro momento as categorias utilizadas para a tradução, como sociedade civil, sociedade política, revolução passiva, ocidente e oriente, os quais se referem à obra de Gramsci. Outros conceitos foram apropriados, tais como o elaborado por Victor Nunes Leal acerca do *coronelismo, questão regional* dentro de uma conformação social abordado por Francisco de Oliveira e Flávio Vieira.

2.1 O MEZZOGIORNO

O trabalho que segue obteve elementos, na literatura especializada, que pudessem ser capazes de promover uma identificação da sociedade civil nordestina como complexa ou não. Nesse caso, Gramsci tem em sua obra dois conceitos para avaliar o nível de organização de elementos privados de hegemonia numa sociedade, *Ocidente* e *Oriente*. Leva-se em consideração que esses dois termos são empregados apenas como um recurso de análise a fim de apreender a complexidade da sociedade civil.

Ocidente, então, seria o oposto de Oriente. O primeiro compreende uma situação de complexidade da sociedade civil, onde a sociedade política dialoga de forma bem ampla com a infinidade de setores, organizações e concepções de mundo existentes. O segundo termo implica uma situação inversa, onde o Estado ainda figura como agente central na orientação da sociedade.

Gramsci, em seu ensaio *Alguns Temas Sobre a Questão Meridional*, inacabado devido a sua prisão em 1926, analisa a formação peculiar do estado italiano a partir do Risorgimento, ou seja, a unificação do país, processo ocorrido entre 1815 e 1870. O que ocorreu, na visão do autor, foi uma revolução passiva, ou seja, uma reaglutinação das forças dominantes existentes com a possibilidade de atendimento de algumas demandas das classes baixas e excluindo sua participação da nova conformação social (GRAMSCI, 1987).

Essa análise da situação da formação do moderno estado italiano implica em considerar não somente o aspecto da revolução passiva, mas da peculiar situação da Itália em relação ao desequilíbrio de desenvolvimento das forças produtivas e da organização das suas classes. O Sul do país revelou-se ainda com uma atividade produtora agrária e de população ruralizada, sendo o campesinato o principal eixo da força de trabalho. Esse processo de desigualdade entre Norte e Sul pode ser historicamente avaliado nas palavras do próprio Gramsci:

A nova Itália encontrara em condições absolutamente antitéticas os dois troncos da península, meridional e setentrional, que se reuniam depois de mais de mil anos. A invasão lombarda rompera definitivamente a unidade criada por Roma; no Norte, as Comunas haviam dado um impulso especial a história, enquanto no Sul o reino dos Svevo, dos Angio, da Espanha e dos Bourbons lhe deram um outro impulso. Em uma parte, a tradição de uma certa autonomia criara uma burguesia audaz e cheia de iniciativas; e existia uma organização econômica similar a dos outros Estados da Europa, propícia ao

ulterior desenvolvimento do capitalismo e da indústria. Na outra, as administrações paternalistas da Espanha e dos Bourbons nada criara: a burguesia não existia, a agricultura era primitiva e não era sequer suficiente para abastecer o mercado local; não havia estradas nem portos, nem utilização das poucas águas que a região, pela sua especial conformação geológica, possuía (GRAMSCI, 1987, p. 62).

Na Itália ocorre o que no Brasil e, principalmente no Nordeste do país, é muito conhecido com o nome de *questão regional*. Uma sociedade se forma, mas o processo de desenvolvimento de suas regiões não é equilibrado. Algumas regiões concentram a atividade produtora, por diversos fatores históricos, e a assim determinados grupos subjagam as regiões atrasadas no processo de desenvolvimento. Há nesse caso uma relação de dominação que ao mesmo tempo é dialética, ou seja, as regiões com forças produtivas diferentes são dependentes uma da outra de várias formas numa situação de antítese.

Na Itália, o processo de unificação dos territórios, ocorrido depois de mais de mil anos da fragmentação do Império Romano, revelou que sul e norte sofreram determinações históricas diferentes. O grau de complexidade das relações entre Estado e sociedade civil nessas duas regiões é diferente. No Norte, com a unificação, a burguesia industrial era a classe dominante, ao passo que se aliou aos grandes proprietários de terra do Sul, os quais forneciam, através de um trabalho agrícola nessa parte do país ainda rural, matéria prima e mão-de-obra barata para os burgueses nortistas. As regiões, mesmo interdependentes, perpetuam o *status quo* e não se desenvolvem as forças produtivas de maneira difusa em toda a sociedade italiana, legando ao Sul da península características notadamente do Oriente, abrindo espaço para questionamentos do tipo: Gramsci, ao descrever a situação meridional, não estaria ele especulando sobre a possibilidade da sociedade do *mezzogiorno* ainda ser oriental, com uma baixa organização de elementos privados de hegemonia bem como uma variedade de concepções de mundo ainda incipientes, sendo o Estado, junto dos seus intelectuais, funcionários, etc., a organização aglutinadora por excelência da vontade coletiva, situação típica das sociedades tradicionais?

No Sul, ou *mezzogiorno*, como na Itália é chamado, o modo de produção, a época de Gramsci, ainda tem características protocapitalistas e a maioria da sua população vivia em zona rural e subjugada aos grandes proprietários de terra, que mantinham ao seu redor uma gama de funcionários representando o Estado, que o autor chama de intelectuais, os quais promoviam o papel de legitimação da ideologia e concepção de mundo da classe dominante através das suas funções dentro das instituições sociais, como a Igreja, a escola e os partidos políticos. Em Alguns Temas Sobre a Questão Meridional, assim o autor descreve a situação da região sul italiana:

O Sul da Itália pode ser definido como uma grande desagregação social. Os camponeses, que constituem a grande maioria de sua população, não tem nenhuma coesão entre si. (...) A sociedade meridional é um grande bloco agrário constituído de três estratos sociais: a grande massa camponesa, amorfa e desagregada; os intelectuais da pequena e média burguesia rural, e por fim, os grandes proprietários de terra e os grandes intelectuais. (GRAMSCI, 1987, p. 154)

Em outro ponto do ensaio, volta a descrever a região num ponto que diz respeito a falta de organização das classes sociais meridionais.

É notável que no Sul, junto a grande propriedade, tenham existido e continuem a existir grandes acumulações culturais e de inteligência em indivíduos singulares ou em restritos grupos de grandes intelectuais, ao mesmo tempo em que não existe uma organização da cultura média.(*ibid.*)

Podemos elencar alguns aspectos que podem nos servir de análise no ato de tradução, como: o homem do campo, a grande propriedade, pouca organização das classes. Esse último aspecto incide tanto na baixa complexidade da sociedade civil como também, no caso italiano, na hegemonia incompleta da classe burguesa dentro do Risorgimento.

Um aspecto a se considerar no trabalho de tradução é a descrição, feita por Gramsci, das classes que formam o Sul italiano: a grande massa camponesa, os intelectuais da pequena e média burguesia rural, os grandes proprietários de terra e os grandes intelectuais. O papel dos intelectuais é primordial na compreensão das relações que se estabeleciam naquela região. Aqui se considera não somente o papel exercido por eles, mas a qual grupo os mesmos, no *mezzogiorno*, estavam ligados. De acordo com Gramsci: “Os grandes proprietários no campo político e os grandes intelectuais no campo ideológico centralizam e dominam, em última análise, todo este conjunto de manifestações.” (2004b, p. 423), as manifestações se referem às formas de organização expressadas pelos camponeses e médios intelectuais meridionais.

Uma sociedade do tipo Sul italiano, onde as relações entre o poder público e privado compreende a influência por parte das classes dominantes agrárias no processo de realização das relações dos indivíduos com o Estado pode configurar uma sociedade do tipo oriental? Dentro do processo de manutenção do poder, o proprietário de terra faz uso da máquina estatal através de sua influência como homem de posses, tal conjuntura de interesses acontece via intelectuais. Gramsci avalia esse papel destes últimos e as relações de classes vigentes em sociedades onde a agricultura ainda é a principal atividade econômica:

o velho tipo de intelectual era o elemento organizativo de uma sociedade predominantemente camponesa e artesanal; para organizar o Estado, para organizar o comércio, a classe dominante criava um tipo particular de intelectual.(...) nos lugares onde a agricultura ainda exerce um papel notável ou mesmo predominante, continua prevalecendo o velho tipo (intelectual), que fornece a maior parte do pessoal estatal e exerce também localmente, na aldeia e no burgo rural, a função de intermediário entre o camponês e a administração em geral (GRAMSCI, 1987, p. 62)

3 AS CATEGORIAS ANALÍTICAS E SUA TRADUÇÃO PARA O NORDESTE BRASILEIRO

A linha de orientação que guia este estudo incide numa tradução, em termos metodológicos, de várias categorias trabalhadas por Gramsci. Muitas delas, como *sociedade civil* e *sociedade política*, revelam análises mais gerais e que se voltam para o conjunto das sociedades como um todo. Outras categorias, como

revolução passiva, oriente e ocidente, são mais específicas quanto ao quadro de fenômenos que lhes dizem respeito.

Também, nesta seção, faz-se uso do conceito de *questão regional*. Antes de abordarmos o que esse conceito encerra, é conveniente lembrar que o termo *região* fica melhor esclarecido quando ligado a um contexto histórico o qual lhe forneça significado. Paulo César da Costa Gomes (1995) diz que o advento da idéia de região está associada ao processo de centralização política e do poder de um espaço dominante sobre outros, claramente diversos social, cultural e espacialmente. Na atualidade, de acordo com o autor, a região só é compreensível se ligada diretamente com o conceito de *nação*, junto com a instituição que lhe fornece territorialidade, o *Estado*. Nação e Estado, desde o século XIX, compõem uma associação necessária para a compreensão das relações internacionais. É dentro dessa organização politico- territorial que se pode compreender a questão regional.

A Questão Meridional italiana pode ser traduzida numa questão regional, ou seja, num problema existente peculiar de formação histórico, político social em um conjunto territorial amplo, mais precisamente dentro de um Estado-nação. Nas palavras de Flávio Vieira (2006) “a questão regional aparece como problema do século XX, pois é filha do reconhecimento de que as desigualdades regionais representam entraves para o desenvolvimento capitalista, especialmente nos países de *capitalismo tardio*”. Tal situação corresponde, nessa análise, na consideração da questão regional nordestina no Brasil. A questão regional nordestina brasileira surge, então, no seguinte contexto:

A questão regional nordestina – repito aqui mais uma vez o que disse Francisco de Oliveira, *a nossa questão regional por excelência* – nasceu como um problema efetivamente nos anos 1950, não por acaso quando se redefiniu o projeto de industrialização de um setor produtor de bens de consumo duráveis, formado no Brasil com investimentos do grande capital externo (VIEIRA, 2006, p. 150).

Fazendo a devida tradução da situação em vigor no Sul italiano no qual Gramsci expressa em sua obra, pode se trazer contribuições importantes sobre a forma organizativa da sociedade civil nordestina, bem como observar se o Nordeste pode ser considerado uma espécie de *mezzogiorno* no que diz respeito à composição de suas classes e as relações que se estabelecem entre elas.

Portanto, acredita-se que há tanto na formação histórica de concentração da atividade produtora excludente, como nas relações típicas de sociedades ainda não inseridas nos marcos do capitalismo moderno uma relação entre Sul italiano e Nordeste brasileiro, tendo em vista um recorte histórico bem amplo, que possa traduzir relações ao longo de certos períodos de tempo algumas semelhanças entre essas sociedades.

No que tange a este trabalho, usará-se a discussão que envolve a organização dos *elementos privados de hegemonia*, conceito gramsciano que configura, em seu significado, dentro de uma sociedade, os indivíduos aglutinados em certos grupos que lhes são simpáticos ideologicamente, característica do próprio desenvolvimento da hegemonia burguesa que tornou a sociedade civil um momento de cisão social complexo sob sua égide. Esses elementos compreendem a rede de organizações privadas, não necessariamente políticas, no seio da sociedade civil, cada elemento comportando demandas específicas frente a outros.

Outro objetivo que se presta a esse trabalho é a tentativa de encontrar elementos que possam ou não inserir o *coronelismo* como uma relação vigente em sociedades com baixo nível de organização de elementos privados de hegemonia no âmbito de sua sociedade civil. Victor Nunes Leal será o ponto de referência para essa análise exploratória.

2.1 SOCIEDADE CIVIL E SOCIEDADE POLÍTICA

Estado e Sociedade Civil comportam dois conceitos que tem uma história de discussão bem antiga dentro da Ciência Política. Os conceitos em questão têm servido para explicar uma infinidade de processos de formação e estruturação no seio de uma sociedade ou como forma de separar momentos de realização de interesses num corpo social.

Para os jusnaturalistas a sociedade civil era entendida como uma organização formada pelo consenso dos indivíduos, através de um contrato, a fim de abandonarem a condição incerta do estado de natureza. O Estado, dentro dessa linha de pensamento, comporta em órgão instituído na condição de regularizar uma forma jurídica de direito positivo a ser direcionada para os indivíduos, considerando que a sociedade civil somente refreia as liberdades daqueles (BOBBIO, 1991).

Dentro do modelo hegel-marxiano, exposto por Bobbio (ibid.), a análise elementar e fundamental para uma compreensão da sociedade moderna incide na cisão existente entre dois pólos opostos. Um primeiro, comporta relações contraditórias e um segundo polo, comporta a esfera do consenso, ou seja, pode se definir dentro desse modelo um processo de cisão social e recomposição política. Os dois pólos podem ser entendidos, respectivamente, como sociedade civil e Estado.

Esse trabalho utiliza as definições dadas por Antonio Gramsci de sociedade civil e Estado. A perspectiva gramsciana, diferente das abordagens acima, está voltada para a análise da hegemonia burguesa. Por ser um autor marxista, Gramsci entende que a sociedade civil é o momento de relações contraditórias no seio da hegemonia estabelecida por essa classe, e que o Estado em sentido estrito, é o aparelho de coerção técnico-militar. Essa hegemonia possibilitou a complexificação das relações no seio da sociedade civil, aqui entendida nos termos marxistas, como o momento de cisão social, onde os grupos e associações coletivas, não necessariamente políticas, mesmo sob a égide da hegemonia burguesa, possuem demandas específicas frente a outros grupos.

A análise gramsciana sobre esses dois níveis, sociedade civil e sociedade política (Estado)³ dentro de um contexto social, revela complexidades a serem observadas no intento de uma ação revolucionária. Sociedades com a esfera da *sociedade política* muito forte compreendem contextos onde a organização da sociedade civil e seus elementos privados de hegemonia são débeis e comportaria, nesse caso, uma ação revolucionária peculiar, onde o assalto ao Estado seria menos repleto de obstáculos, pois a sociedade civil em si seria homogênea e as ideologias e concepções de mundo vigentes em seu seio não formariam uma realidade complexa, ou seja, uma magnitude de interesses díspares baixa.

³ Ver Coutinho (2007), Teoria ampliada do Estado. In: Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. Cap V. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. pp. 119-144

Uma sociedade civil onde seus elementos privados de hegemonia formem uma complexidade de organizações com demandas específicas dentro de um contexto social, implica em novas condições para o intuito de revolução. A interação entre Estado e sociedade civil, nesses casos, é complexa e somente a consideração dessa complexidade como uma infinidade de interesses poderia resultar num possível assalto ao Estado.

A análise feita por Gramsci possibilita a oportunidade de avaliar não somente a interação de sociedade civil e política para uma ação revolucunária, mas também de identificar o desenvolvimento das forças produtivas entre sociedades, bem como o tipo de relações ainda vigentes nas classes que a compõem e sua organização. A seguir o conceito gramsciano de revolução passiva é explorado dentro da perspectiva de traducibilidade.

2.2 REVOLUÇÃO PASSIVA: A UNIVERSALIDADE DE UM CONCEITO

“Gramsci Contra o Ocidente” de Marcos Del Roio põe em pauta o lugar de Gramsci dentro do marxismo. Del Roio defende assiduamente a posição de Gramsci na orientação intelectual que pode ser chamada de refundação da práxis-marxista, o que compreende uma vertente que aglutina marxismo e prática política. Aqui se torna importante observar que essa refundação da práxis-marxista estava voltada para a análise das desigualdades e contradições geradas pelo capitalismo bem como sua superação (DEL ROIO, 2001).

Para a compreensão dessas contradições e desigualdades é importante observar a universalidade do conceito de revolução passiva como cânone de interpretação. Entendamos, na perspectiva gramsciana a Revolução Francesa. Essa revolução foi refletida no resto da Europa de uma maneira peculiar, com a ausência do jacobinismo, ou seja, do protagonismo significativo e revolucionário das classes subalternas. Na Alemanha, por exemplo, a unificação dos territórios se deu através do que Lenin chamou de “via prussiana” o mesmo que revolução passiva, ou seja, com formação de um bloco agrário-burguês, retirando de cena as classes baixas e somente atendendo algumas de suas demandas (DEL ROIO, 2001).

Na Itália, no período do Risorgimento, também se refletiu as consequências da Revolução Francesa com ausência do jacobinismo. As classes subalternas não conseguiram se organizar de uma forma significativa para uma revolução. Os intelectuais que representavam as massas pobres foram cooptados pelo bloco agrário-burguês que se estabelecia no poder. Esse bloco compreendia a burguesia industrial ascendente no Norte e a manutenção do poder dos grandes proprietários de terra do Sul, o *mezzogiorno*.

Del Roio analisa, à luz de Gramsci, essas formas singulares de revoluções burguesas. Veja-se a proposta gramsciana para a superação dessas deformações geradas pelo capitalismo nas palavras de Del Roio: “Era necesario que se conformase en Itália un grupo dirigente capaz de traducir la universalidad de la revolución socialista para las particulares de un Occidente retardatario como era el caso de Italia(…)” (DEL ROIO, 2001, p.188). Esse Ocidente retardatário tem em si configurações ainda do tipo oriental.

No Brasil, um texto importante que trata da inserção do país nos marcos do capitalismo é o trabalho de Carlos Nelson Coutinho: “*Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*”. Coutinho analisa as contribuições de autores clássicos das ciências sociais brasileira, dentre eles: Caio Prado Jr. e

Florestan Fernandes. Esses dois autores eram marxistas e utilizaram dessa perspectiva para a compreensão da formação sócio-histórica do país. (COUTINHO, 2011)

Coutinho observa que os dois autores, apesar de não terem tido acesso a literatura de Lenin e Gramsci de forma significativa, tanto Caio Prado como Florestan Fernandes, compreendem que, no processo de formação histórica do Brasil, o que aconteceu foram mudanças pelo alto. Caio Prado já observa isso na Independência do país, onde não houve protagonismo das massas populares. De acordo com o autor o Brasil se inseriu no capitalismo pela via “não-clássica” (COUTINHO, 2011).

Florestan Fernandes no seu livro, *A revolução burguesa no Brasil*, analisado por Coutinho, trabalha na perspectiva de uma inserção do país através de uma contra-revolução permanente, onde um bloco agrário-burguês se formava e criava aqui deformações características de revoluções passivas, ou seja, velho e novo se aglutinam. Apesar do caráter progressista desse tipo de revolução, é importante ressaltar as contradições que esse processo envolve (COUTINHO, 2011).

Dessa forma, pode-se concluir que o Brasil é um país ocidental periférico. Coutinho defende essa idéia partindo do ponto de que até 1964 nossa sociedade civil era tipicamente oriental, todas as mudanças de poder ocorridas até esse período foram pelo alto. A sociedade civil brasileira, mesmo possuindo em seu seio um conjunto notável de manifestações coletivas, não foi capaz de impedir, contudo, o golpe militar de 1964. O que caracteriza o período da ditadura militar é o intenso desenvolvimento da indústria, acompanhado de uma modernização da estrutura social do país, com intuito de inserir o capitalismo como modo de produção totalizante, programa político posto em ação sem participação de elementos da sociedade civil.

Contudo, esse processo de modernização, guiado por um regime autoritário, inevitavelmente desenvolveu o nível de socialização política no seio da sociedade civil o que gerou conseqüentemente o processo de democratização. Nesse momento tem-se uma sociedade civil atuante e complexa. Coutinho conclui que o Brasil se torna ocidente. Um ocidente marginal por estar inserido marginalmente dentro da economia capitalista. O autor não nega que existam no Brasil configurações do tipo oriental. Isso se deve, observando a formação sócio-histórica brasileira, como se deu a inserção do país no modo de produção capitalista. São essas configurações ditas “orientais” que cabem a esse estudo e se elas realmente podem ser consideradas orientais nos termos gramscianos.

O Nordeste brasileiro é nosso foco. Leonardo Avritzer (2007) em estudo sobre a participação social no Nordeste põe em discussão o grau de protagonismo da sociedade civil em três estados da região: Pernambuco, Ceará e Bahia. O nível de socialização política nesses três estados, trabalhados por Avritzer, podem trazer grandes contribuições para a abordagem dessa pesquisa.

De acordo com Avritzer, a sociedade civil pernambucana acompanhou o processo de modernização do Sul/Sudeste do país. Amplos setores sociais, como o de mulheres, o desenvolvimento de uma significativa imprensa, um expressivo movimento sindical nos anos 1920, associações de bairros e invasões a terras improdutivas já nos anos de 1980 deram uma maior complexidade das relações entre Estado e sociedade civil. O que não se observa na Bahia, onde o predomínio das oligarquias regionais sempre foi muito presente. O próprio processo de modernização do estado em meados dos anos de 1970 foi

impulsionado por uma aliança entre as classes burguesas urbanas e as velhas classes latifundiárias. No Ceará o que se teve, no seu processo de formação histórica, foi a disputa política de oligarquias e o incentivo de criação de movimentos sociais pelo Estado.

O estudo acima apesar de não abranger todos os estados da região Nordeste brasileira, ilustra como o argumento de Carlos Nelson Coutinho tem fundamento. O Brasil é um país que se “ocidentalizou”, contudo, em nossa conformação social existem ainda porções orientais geradas pela nossa peculiar inserção no modo de produção capitalista, pela via da revolução passiva, onde velho e novo coexistem, situação histórica entendida como resultado de uma hegemonia burguesa frustrada.

O próprio coronelismo, trabalhado por Victor Nunes Leal⁴, pode ser traduzido em uma relação de poder onde o Estado burguês moderno faz uso da influência do coronel para fins políticos, podendo ser, nesses termos, uma conservação do velho dentro de um processo de revolução passiva. Carlos Nelson Coutinho cita no texto acima discutido, inclusive, a própria Bahia como um território que possui configurações orientais, (COUTINHO, 2005). Isso é válido se se leva em conta as oligarquias regionais que retardaram o processo de modernização e que mantém suas influências através de várias práticas características de um país tradicional, como o clientelismo e o coronelismo.

4 CONCLUSÃO

O que se observa hoje quando se lê autores clássicos da literatura social brasileira, citando aqui Florestan Fernandes e Caio Prado, é sua capacidade de interpretação do peculiar movimento que o capitalismo procurou ao se estabelecer no Brasil. Uma revolução passiva foi realizada, contradições foram geradas, velho e novo se reúnem e formam um bloco que ainda hoje produz distorções na participação de certas áreas do país.

A socialização da política não está desenvolvida de forma igual em todo nosso território. A burguesia ascendente teve que manter contato com estruturas velhas, como o coronelismo, aqui estudado, para estabelecer no Brasil uma conjuntura propícia para o desenvolvimento do capitalismo.

Tem-se no Brasil, na sua formação histórico social, as deformações típicas causadas pelas revoluções passivas de alianças entre o velho e o novo. O Nordeste, de acordo com Franscido de Oliveira, é nossa questão regional por excelência. O importante a frisar nesse momento é que essa questão regional é produto de um processo passivo de inserção do país nos marcos do capitalismo internacional, onde as classes latifundiárias não perderam seu poder e influência e mantém ainda hoje, nas porções orientais, a contenção da participação social da sociedade civil. Ver na questão regional uma contradição e desigualdade gerada pelo capitalismo e trabalhar para a sua superação faz parte da visão da refundação da práxis socialista no qual

⁴ É importante ressaltar o que Victor Nunes Leal entende por coronelismo: “(...) resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constitui fenômeno típico de nossa história colonial. É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado tem conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa.” (LEAL, 1993, p.20)

Gramsci se insere.

O Nordeste continua sendo território de grandes porções orientais, onde velhas classes oligarcas mantêm junto da burguesia relações de manutenção do *status quo*. Torna-se assim, o Brasil, um misto de modernização e conservação. As relações entre velho e novo, contudo, respondem todas elas a reprodução do modelo internacional de capitalismo, e o coronel atual não responde mais a uma lógica local de acumulação de riqueza e manutenção de influência política. Com a industrialização, urbanização, e as funções cada vez mais presentes do poder público na esfera da sociedade, certas estruturas tradicionais de relação hoje estão aglutinadas com novos interesses, principalmente com os do capital internacional.

REFERÊNCIAS

- AVRITZER, L (org). A participação social no Nordeste. In: **Participação e distribuição nas políticas públicas do Nordeste**. Relatório de pesquisa (2007), disponível em: <http://democraciaejustica.org/cienciapolitica3/sites/default/files/a_participacao_social_no_nordeste.pdf> Acesso em junho de 2011.
- BARATTA, G. **As Rosas e os Cadernos – o pensamento dialógico de Antonio Gramsci**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- BOBBIO, N. **Sociedade e estado na filosofia política moderna**. São Paulo: Brasiliense, 3ª ed, 1991.
- CARPEAUX, O. M. **A vida de Gramsci**. In: *Civilização Brasileira*, n.07, maio de 1966. Disponível em <<http://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=125>>. Acesso em 2 de maio de 2010.
- COUTINHO, C. N. Teoria ampliada do Estado/ A estratégia socialista no Ocidente. In: **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: *Civilização Brasileira*, 2007. pp. 119- 135/145-157.
- _____. **Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e formas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2011. pp. 219-265.
- _____. O desafio dos que pensaram bem o Brasil. In: **Lua Nova**, número 54, 2001, pp. 103-113.
- DEL ROIO, M. Gramsci contra o Ocidente: In: **Bajo el Vólcan**, segundo semestre ano/vol.2, n.003. Benemérita Universidad Autónoma de Puebla: Puebla, México, 2001. pp. 183-199.
- GOMES, Paulo C. da C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C.; CORRÊA, Roberto L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 49-76.
- GRAMSCI, A. Algumas temas sobre a questão meridional. In: **A Questão Meridional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. pp. 135-165.
- GRAMSCI, A. **Escritos políticos (1921-1926)**. Organização e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: *Civilização Brasileira*, 2004b, v. 2.
- LEAL, V. N. Indicações sobre a estrutura e o processo do “coronelismo”. In: **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Alfa Omega, 6ªed, 1993. pp. 19-57.
- VIEIRA, F. **Estado e questão regional: por uma economia política da região**. Revista de História, João Pessoa, jan./jun., (2006)